

**ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES  
DA QUÍMICA GERAL DO NORDESTE S.A.**



Pelo presente instrumento particular, **QUÍMICA GERAL DO NORDESTE S.A.**, com sede na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, na Av. Sudene s/ nº, Centro Industrial Subaé, inscrita no CGC sob nº 13.608.583/0001-80, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente **EMISSORA**, sendo interveniente, **OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com escritório na Av. das Américas, 1155 - Grupo 1.301 - Edifício Barra Space Center - Rio de Janeiro(RJ), inscrita no CGC sob nº 36.113.876/0001-91, doravante designada simplesmente **AGENTE FIDUCIÁRIO**, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures da 1ª emissão objeto da presente Escritura, e senhores **EDUARDO EUGÊNIO GOUVEA VIEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Viúva Lacerda nº 409, Botafogo, portador do RG nº 02043242-3 IFP/RJ e CPF nº 008.564.287-87 e sua esposa **CRISTINA ISABEL MARIA CHAGAS GOUVEA VIEIRA**, brasileira, casada, Bacharel em Direito, residente e domiciliada na cidade na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Viúva Lacerda nº 409, Botafogo, portadora do RG nº 2.573.846 IFP/RJ e CPF nº 892.680.837-87, e **LUIS EDUARDO COSTA CARVALHO**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Gal. Artigas nº 85/601 - Leblon, portador do RG nº 203.2673 IFP/RJ e CPF nº 002.949.857-00 e sua esposa **MARIA CECILIA DA COSTA CARVALHO**, brasileira, casada, Psicóloga, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Gal. Artigas nº 85/601 - Leblon, portadora do RG nº 022.44456-6 IFP/RJ e CPF nº 016.459.037-45, doravante designados simplesmente **FIADORES**, vêm por esta e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Simples, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base em autorização da **Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 23.06.95.**

**CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS**

A emissão das debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

**1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada CVM, na forma das Leis nº 6.385, de 07/12/76, e nº 6.404, de 15/12/76, e demais disposições legais regulamentares pertinentes.

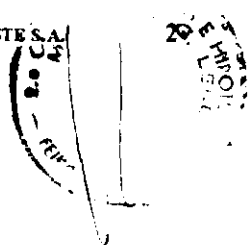
**2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A ata da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou a emissão de debêntures será arquivada na **Cartoria Comercial do Estado da Bahia.**

**3. REGISTRO DA ESCRITURA**

A presente escritura de emissão será registrada no competente **Cartório de Registro de Imóveis de Feira de Santana, Estado da Bahia.**

✓  
cgv  
[assinatura]  
[assinatura]



### CLÁUSULA III - DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes condições e características:

1. **COLOCAÇÃO:** O lançamento será público, mediante interveniência de Instituições Financeiras, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da instrução CVM nº 13/80. O Conselho de Administração da EMISSORA, doravante denominado CONSELHO, definirá, para cada uma das séries, o procedimento a ser adotado na distribuição.
2. **VALOR TOTAL DA EMISSÃO:** o valor total da emissão, tendo como referência a data de emissão de 1º de junho de 1995, será de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
3. **VALOR NOMINAL:** As debêntures terão um ~~valor nominal~~ **valor nominal unitário de R\$ 1.000,00** (hum mil reais) **na data de emissão.**
4. **DATA DA EMISSÃO:** A data de emissão das debêntures de todas as séries será o dia 01 de junho de 1995.
5. **QUANTIDADE TOTAL DE DEBÊNTURES DA EMISSÃO:** Serão emitidas **5.000** (cinco mil) **debêntures.**
6. **SÉRIES:** A emissão será efetuada em ~~duas séries~~, designadas, para os efeitos legais como **1ª e 2ª séries.**
7. **FORMA E CONVERTIBILIDADE:** As debêntures serão ~~escriturais~~, **não conversíveis em ações.**
8. **ESPÉCIE:** As debêntures serão da ~~espécie com garantia flutuante~~ e contarão com a fiança dos acionistas controladores da emissora senhores Eduardo Eugênio Gouvea Vieira e sua esposa Cristina Isabel Maria Chagas Gouvea Vieira e Luis Eduardo Costa Carvalho e sua esposa Maria Cecília da Costa Carvalho.
9. **BASE DE REMUNERAÇÃO:** A base de remuneração das debêntures da presente emissão será o valor nominal das debêntures, conforme previsto no item 3 acima, aplicando-se a este, a **Taxa Referencial - TR**, divulgada pelo Banco Central do Brasil, a contar da data de emissão, de forma acumulada, até a data de vencimento das obrigações ou eventos decorrentes da presente emissão, previstos nesta escritura.
  - 9.1. A apuração do montante das obrigações ou eventos referentes à presente emissão que se devam liquidar em datas intermediárias, far-se-á aplicando-se a TR, os juros e prêmio pactuados, apurados no respectivo período exponencialmente de forma "pro-rata-temporis".
  - 9.2. Na hipótese de extinção da TR ou se pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ela não mais puder ser utilizada para fins de cálculo da base de valor pecuniário das obrigações e eventos dela decorrentes, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas hipóteses, os novos índices ou taxas de cálculo ou aludidas alterações dos critérios da aplicação da TR serão, desde logo, automaticamente aplicáveis à emissão de que se trata. Entretanto, ocorrendo a hipótese prevista neste subitem e não havendo determinação legal para substituição da TR, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência desse evento, Assembléia dos Debenturistas para deliberar sobre a proposta da EMISSORA a respeito da substituição necessária, conforme previsto nesta Escritura.

*Handwritten signatures and initials.*

10. **Mora:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, aplicar-se-á aos débitos em atraso a Taxa Referencial - TR, na forma prevista no item 9 acima, e ficarão sujeitos a juros e prêmio, se houver, na forma prevista nesta Escritura, bem como a juros moratórios calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre o débito em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.
11. **AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA:** A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, a critério do seu Conselho de Administração, promover a amortização antecipada de no mínimo 10% do valor nominal, na forma prevista no item 9 acima, de todas as debêntures em circulação, acrescido dos juros devidos na data da amortização e de eventual prêmio, se houver, calculados "pro-rata-temporis".
- 11.1. Será assegurado aos debenturistas um aviso prévio de 30 (trinta) dias, através de anúncios publicados em jornais de grande circulação, com observância do disposto no artigo 289 da Lei 6.404, de 15.12.76.
12. **DECADÊNCIA DOS DIREITOS:** Às debêntures, após seu vencimento final ou antecipado, não mais aplicar-se-á a Taxa Referencial - TR na forma do item 9 acima, bem como não farão jus a juros e prêmios se houver, conforme previsto nesta escritura, assegurados os direitos adquiridos até a data da ocorrência de um dos referidos eventos.
13. **RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:** A EMISSORA reservar-se-á o direito de a qualquer tempo, observado o prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do "anúncio de início de distribuição", promover o resgate das debêntures em circulação, mediante o pagamento do respectivo valor nominal, na forma do item 9 acima, acrescido dos juros remuneratórios devidos, na data do resgate e de prêmio, se houver. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio.
14. **NEGOCIAÇÃO:** As debêntures serão negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures) administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).
15. **JUROS REMUNERATÓRIOS:** Às debêntures desta emissão serão conferidos juros, com taxa fixa ou variável, a serem fixados pelo Conselho de Administração da emissora, para cada "período de incidência da taxa de juros". Os juros incidirão sobre o valor nominal das debêntures, na forma prevista no item 9 acima, nas datas dos respectivos vencimentos de juros.
- 15.1. Define-se por "período de incidência da taxa de juros" o espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério de apuração dos juros definidos pelo Conselho de Administração da Emissora.
- 15.2. Se for o caso, o Conselho de Administração deverá deliberar e comunicar os debenturistas até 10 dias antes do encerramento do "período de incidência da taxa de juros":
- a) o prazo do próximo "período de incidência da taxa de juros";
  - b) a taxa de juros a vigor durante o próximo "período de incidência de taxa de juros";
  - c) as datas de vencimento dos juros.
- 15.3. As condições fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com subitem anterior será comunicada aos debenturistas através de aviso publicado nos jornais de São Paulo e Feira de Santana, ~~observando-se o prazo de 5 (cinco) dias antes da data de publicação para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua opção pela aquisição de~~ ~~títulos pela emissora~~

v cap

CA

mujs

16. **RECOMPRA OBRIGATORIA:** Ao final de cada "período de incidência de taxa de juros", a **EMISSORA** obriga-se a recomprar as debêntures de todos os debenturistas que assim optarem, pelo valor nominal, na forma do item 9 acima, acrescido de juros e prêmio, se houver, devidos na data da recompra. As debêntures assim recompradas poderão, a qualquer tempo, ser mantidas em tesouraria ou vendidas a terceiros pela **EMISSORA**.
17. **LOCAL DE PAGAMENTOS:** Os pagamentos referentes ao principal, amortizações e rendimentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP ou na sede da **EMISSORA**, na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema, ou ainda, em Instituição Financeira contratada para este fim pela **EMISSORA**.
18. **PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento da obrigação coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, aos valores a serem pagos.
19. **PUBLICIDADE:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, em jornal de grande circulação, em São Paulo e Feira de Santana.
20. **VENCIMENTO ANTECIPADO:** O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela **EMISSORA**, do valor total das debêntures em circulação, apurado na forma do item 9 acima, acrescido de juros e prêmio, se houver, calculados exponencialmente por dias decorridos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:
  - a) decretação de falência da **EMISSORA**;
  - b) pedido de concordata preventiva formulada pela **EMISSORA**;
  - c) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a **EMISSORA**, que possa afetar substancialmente a condição financeira da **EMISSORA**;
  - d) falta de cumprimento, pela **EMISSORA**, de qualquer obrigação não pecuniária relevante, prevista nesta escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.
21. **VENCIMENTO FINAL:** por ocasião do vencimento final, a **EMISSORA** obriga-se a proceder a liquidação das debêntures que se encontrarem em circulação pelo seu valor nominal na forma do item 9 acima, acrescido de juros e prêmio, se houver.
22. **FIANÇA:** As debêntures serão emitidas com a coobrigação dos acionistas controladores da **EMISSORA**, retro qualificados FIADORES e principal pagadores, solidariamente responsáveis por todas as obrigações principal e acessórias ora assumidas pela **EMISSORA**:
  - 22.1. Na hipótese de inadimplemento por parte da **EMISSORA** de qualquer obrigação pecuniária decorrente da presente emissão, os fiadores efetuarão o pagamento das importâncias devidas no prazo de 2 (dois) dias do recebimento de comunicação que os debenturistas lhe fizerem neste sentido, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial;

V. C. G.  



22.2. A referida fiança é prestada com expressa renúncia dos benefícios de que trata os artigos 1491, 1500, 1502 e 1503 do Código Civil e 261 e 262 do Código Comercial;

22.3. Os fiadores só se desonerarão da fiança prestada uma vez verificado o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela EMISSORA.

#### CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DA 1a. e 2a. SÉRIES

Em reunião de 23/06/95, o CONSELHO deliberou, por delegação da Assembléia Geral Extraordinária de 23/06/95, as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404/76, aplicáveis às debêntures da 1a. e 2a. Séries da Primeira Emissão Pública de Debêntures, a saber:

##### 1. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E VALOR DAS SÉRIES

- a) A 1a. (primeira) ~~série será representada por~~ 2.000 (duas mil) ~~debêntures~~, totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), na data de emissão.
- b) A 2a. (segunda) ~~série será representada por~~ 3.000 (três mil) ~~debêntures~~, totalizando R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), na data de emissão.

##### 2. DATA DE VENCIMENTO

Todas as debêntures da primeira emissão ~~vencem em~~ 1º de junho do ano 2000.

##### 3. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

O preço de subscrição das debêntures é o valor nominal de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), acrescido da Base de Remuneração (variação acumulada da TR) conforme previsto no item 9 da Cláusula III desta Escritura, bem como de juros e prêmio, previstos nos itens 4 e 5 desta cláusula, calculados "pro rata temporis" desde a data de emissão até a data da liquidação financeira. O preço será integralizado a vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

- 3.1. Caso a subscrição ocorra em data diferente ao 1º (primeiro) dia do mês, para efeito de cálculo de subscrição será utilizado a TR, os juros e prêmio pactuados, apurados no respectivo período, exponencialmente de forma "pro-rata-temporis".

##### 4. JUROS REMUNERATÓRIOS

- 4.1. Para o primeiro período de incidência de taxa de juros, assim entendido o período de tempo compreendido ~~entre a data de emissão das debêntures e a data do primeiro pagamento de juros~~ esta última definida a seguir, ~~as debêntures~~ desta primeira emissão ~~farão jus a juros remuneratórios de 12% a.a. (doze por cento) ao ano, calculados sobre o valor da debênture, na forma do item 9 da Cláusula III desta Escritura, a partir da data de sua emissão.~~

- 4.2. ~~A parcela de juros remuneratórios correspondente a 12% a.a. (doze por cento ao ano) será paga na data de encerramento do 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros,~~ calculada exponencialmente por dias corridos desde a data de emissão até a data do pagamento, incidindo sobre o valor nominal, na forma do item 9 da Cláusula III desta Escritura, desde a data de emissão do título até a data de pagamento dos juros.

- 4.3. ~~O 1º (primeiro) período de incidência de juros válido para todas as debêntures desta 1ª emissão encerrar-se-á em 1º de julho de 1996.~~ Os períodos de incidência de juros subsequentes, bem como as taxas de juros válidas para os mesmos, datas e formas de pagamento e demais condições, serão definidas oportunamente pelo CONSELHO, conforme o estabelecido no item 15 da Cláusula III desta Escritura.

✓      *CP*      *[assinatura]*      *[assinatura]*

## 5. PRÊMIO

As debêntures pagarão ao final do próximo "período de incidência de taxa de juros", que vai de 01/06/95 a 01/07/96, um prêmio, que beneficiará todas as debêntures desta 1ª. emissão, devido na data da 1ª. repactuação, ou seja, em 01/07/96, juntamente com a parcela de juros do período de capitalização. O prêmio corresponderá à diferença positiva, se houver, entre o valor nominal, na forma do item 9 da Cláusula III desta Escritura, acrescido de juros "pro-rata-temporis", sendo apurado através da seguinte fórmula:

$$P = (VN1 \times F_n) - (VN2) \times (1,12)^{\frac{D}{360}} \quad \text{onde:}$$

P = Valor do prêmio a ser pago por debênture da 1ª. e 2ª. séries, expresso em moeda corrente na data considerada, a ser pago, na data de encerramento do 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros, ou, antecipadamente, nos casos previstos nesta escritura de emissão;

VN1 = Valor nominal unitário da debênture, na data de emissão, 01/06/95;

$$VN2 = VN1 \times (BR)^{\frac{D}{360}} \times (1,12) \quad , \text{sendo:}$$

BR = Base de Remuneração a ser agregada ao valor nominal, na forma do item 9 da cláusula III, apurada entre a data de emissão e a data de encerramento do 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros, ou, antecipadamente, nos casos previstos nesta escritura;

D = número de dias decorridos entre a data de emissão e a data de encerramento do 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros das debêntures, ou, antecipadamente, nos casos previstos nesta escritura;

F<sub>n</sub> = Fator "n" de apuração do prêmio por debênture, escolhido dentre um dos parâmetros a seguir apresentados. O parâmetro a ser escolhido será aquele que apresentar a maior evolução no período compreendido entre 01/06/95 e 01/07/96:

- 1º Parâmetro - É a variação acumulada da TR (Taxa Referencial), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida (capitalizada) de um "spread" de 18,5% (dezoito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano (360 dias), calculados exponencialmente.
- 2º Parâmetro - É a variação acumulada da taxa referencial da ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento) para Certificados de Depósitos Bancários, acrescida (capitalizada) de um "spread" de 2,0% (dois por cento) ao ano (360 dias), calculados exponencialmente, no "período de incidência de juros ANBID".

Entende-se como "período de incidência de juros ANBID", aquele que se inicia na data de emissão das debêntures e se encerra na data de repactuação e, como "sub-período de incidência de juros ANBID", os prazos definidos de acordo com a taxa ANBID mais negociada no instante da definição do sub-período. Assim:

- a) o primeiro sub-período inicia-se na data de emissão das debêntures e termina no prazo definido pela taxa ANBID, pré ou pós, mais negociada, apurada na data de emissão das debêntures;

✓

cap

*[Assinatura]*

b) os sub-períodos seguintes são definidos apurando-se a taxa ANBID mais negociada no dia de vencimento do sub-período anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o sub-período que se inicia;

c) as taxas e os indexadores, se pós fixados, dos sub-períodos, são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério "pro-rata" se necessário, de forma a cobrir todo o "período de incidência de taxa de juros ANBID".

#### 6. REPACTUAÇÃO

O Conselho de Administração da EMISSORA se reunirá previamente para fixar a duração de cada período de repactuação e deliberar sobre os juros e prêmios, inclusive os de permanência se julgar necessário, seus critérios e épocas de pagamento. As deliberações do CONSELHO relativas a cada repactuação serão publicadas pela EMISSORA por dois dias consecutivos, sendo a última publicação no 10º (décimo) dia útil imediatamente anterior ao início do referido período de repactuação.

6.1. Fica desde já estabelecido que a primeira repactuação para as debêntures da 1a. e 2a. séries, ocorrerá em 01/07/96.

#### 7. DIREITO DE PREFERÊNCIA

Os acionistas da EMISSORA não terão direito de preferência na presente emissão.

#### 8. PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

Será adotado o procedimento diferenciado na colocação das debêntures da 1a. e 2a. séries da 1a. emissão, conforme artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30/09/80.

### CLÁUSULA V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA obriga-se especialmente a:

1. manter atualizados, até o vencimento final das debêntures, os registros necessários junto à Comissão de Valores Mobiliários;
2. manter contrato com instituição financeira, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, a fim de assegurar eficiente atendimento aos titulares das debêntures escriturais;
3. dar adequada publicidade aos dados econômico-financeiros de atos de sua gestão, promovendo a publicação, conforme preceituado no artigo 289 da Lei 6.404/76, dos seguintes documentos, complementados com notas explicativas e quadros analíticos ou demonstrações contábeis esclarecedoras da situação patrimonial e dos resultados do exercício:
  - balanço patrimonial;
  - demonstração de lucros ou prejuízos acumulados;
  - demonstração do resultado do exercício;
  - demonstração das origens e aplicações dos recursos; e
  - parecer dos auditores independentes, quando se tratar do Balanço Geral;
4. enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO cópias das demonstrações financeiras anuais e do parecer da auditoria, tão logo tenham esses documentos sido produzidos;
5. fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas, e bem assim cópia de qualquer outro documento ou informação, que tenha caráter relevante para a defesa dos debenturistas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da solicitação, o qual poderá ser prorrogado, na hipótese de impossibilidade comprovada de seu atendimento;

✓

CGU

Q

MP

6. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal reajustado nos termos do item 9 da Cláusula III, juros e prêmios, se houver, relativos às debêntures objeto da presente Escritura.

## CLÁUSULA VI - AGENTE FIDUCIÁRIO

1. NOMEAÇÃO: a EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da 1ª emissão objeto da presente Escritura, OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., retro qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para nos termos da lei e desta Escritura, representar, perante a EMISSORA, a comunhão dos debenturistas.

- 1.1. Declaração: o AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, ora nomeado, declara, sob as penas de lei:

a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei 6.404, de 15/12/76, e o artigo 10, da Instrução CVM nº 28 de 23/11/83, para exercer a função que ora ocupa;

b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;

c) aceitar integralmente a presente escritura em todas as suas cláusulas e condições;

2. SUBSTITUIÇÃO: o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá, a qualquer tempo, ser substituído, em suas funções, por deliberação da Assembléia dos Debenturistas, estes representados, no mínimo, pela metade das debêntures em circulação, ou por ato da Comissão de Valores Mobiliários.

- 2.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por motivos supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo a sua substituição.

3. REMUNERAÇÃO: será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO: a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

a) parcelas anuais antecipadas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) vencíveis a primeira no 1º dia do mês seguinte ao da obtenção do Registro na CVM, e as demais nos mesmos dias e mês dos anos subsequentes;

b) as parcelas serão atualizadas pela variação acumulada da TR (Taxa Referencial) divulgada pelo SISBACEN, data base dia 01, ou na falta desta, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo índice de atualização do valor da emissão de debêntures, a partir de 01/07/95 até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas "pró-rata" dia se necessário ou se pagas após o vencimento, mediante a utilização da TR do mês anterior;

c) as remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, a serem cobertas pela EMISSORA;

✓

CGV

*[Handwritten signature]*



**ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES DA QUÍMICA GERAL DO NORDESTE S.A.**

- d) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias;
- e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta escritura de emissão;
- f) as parcelas serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
4. DEVERES E ATRIBUIÇÕES: além de outros previstos em lei, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:
- 4.1. proteger os direitos e interesses dos debenturistas com a mesma cautela e diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
  - 4.2. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
  - 4.3. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
  - 4.4. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
  - 4.5. promover nos competentes órgãos, caso a companhia não o faça, o registro da escritura de emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da companhia para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
  - 4.6. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
  - 4.7. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;
  - 4.8. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da companhia emissora e, também, da localidade onde se situe o imóvel hipotecado;

✓

gn







- 4.9. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na empresa;
- 4.10. convocar, quando necessário, a assembleia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos da imprensa onde a companhia emissora deve efetuar suas publicações;
- 4.11. comparecer à assembleia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhes forem solicitadas;
- 4.12. praticar, privativamente, todos e quaisquer atos relativos ao exercício dos direitos consubstanciados nas debêntures, cujos efeitos interessem à coletividade de seus titulares;
- 4.13. elaborar relatório anual, dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses, contados do encerramento do exercício social da EMISSORA, em que declarará sobre sua aptidão para permanecer no exercício da função, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessem à comunhão dos titulares das debêntures nos termos do artigo 68 § 1º, b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela companhia;
  - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa;
  - d) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
  - e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela companhia emissora;
  - f) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
  - g) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da companhia emissora;
  - h) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - i) cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão;
  - j) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures;
  - k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;
- 4.3.1. O Relatório Anual, a que se refere este subitem, será publicado, no prazo máximo ali fixado, no "Diário Oficial do Estado da Bahia" e em pelo menos 1 (um) jornal de grande circulação em São Paulo e Feira de Santana, observando, ainda, quanto a essa publicação, no que couber, a regra estabelecida no parágrafo 3º do artigo 289 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- 4.13.2. O inteiro teor do Relatório a que se refere este subitem, estará à disposição de qualquer debenturista, na sede da companhia, no domicílio do AGENTE FIDUCIÁRIO, na Cidade do Rio de Janeiro, em seu Escritório retro referido, na CVM e na instituição que liderou a emissão;

qp v

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

- 4.14. Publicar, nos órgãos da imprensa onde a companhia emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem 4.13.2;
- 4.15. Manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à companhia emissora;
- 4.16. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da escritura de emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- 4.17. Notificar aos debenturistas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do evento, qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas em decorrência da presente Escritura de Emissão;
- 4.17.1. A notificação de que trata o presente subitem, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicações realizadas na forma do subitem 4.13.1. desta cláusula, e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para cautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à Bolsa de Valores e ao Banco Central do Brasil, nos termos do inciso XXIV da Instrução CVM nº 28/83.
- 4.18. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado, em caso de inadimplemento da EMISSORA:
- 4.18.1. declarar antecipadamente vencidas as debêntures cobrando principal e acessórios;
- 4.18.2. requerer a falência da EMISSORA;
- 4.18.3. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da EMISSORA; e
- 4.18.4. tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
- 4.19. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista no subitem 4.18.1 supra, somente na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura de Emissão, ou se a EMISSORA entrar em concordata;
- 4.20. O eventual não exercício pelo AGENTE FIDUCIÁRIO de quaisquer dos procedimentos previstos nesta cláusula não constituirá novação e não impedirá que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a exercê-lo, em qualquer momento, a seu exclusivo critério.
5. DESPESAS: a EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas por ele suportadas na proteção dos direitos e interesses dos debenturistas, ou na realização de seus créditos.
- 5.1. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado dentro de no máximo 15 (quinze) dias, contados da entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das debêntures.
- 5.2. As despesas a que se refere este item compreenderão inclusive:
- 5.2.1. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas através de regulamentos aplicáveis;
- 5.2.2. extração de certidões;

✓

CP

unice

5.2.3. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e

5.2.4. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou perícias que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações de estrito interesse dos debenturistas.

6. RESPONSABILIDADE: o AGENTE FIDUCIÁRIO é responsável, civil e penalmente, pelos prejuízos que sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, no exercício das funções, causar aos interesses dos debenturistas.

#### CLÁUSULA VII- ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures, a qualquer tempo, poderão reunir-se em Assembléia, a fim de deliberar sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
2. A Assembléia poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representarem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação e pela Comissão de Valores Mobiliários.
3. Aplica-se à Assembléia, no que couber, o disposto na Lei 6.404, de 15.12.76, sobre a Assembléia Geral dos Acionistas.
4. A presidência da Assembléia caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do disposto no item 2 desta cláusula, respectivamente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, ao Presidente da EMISSORA, ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela Comissão de Valores Mobiliários.
5. Em qualquer caso, o AGENTE FIDUCIÁRIO comparecerá à Assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que a ele forem solicitadas.
6. A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença dos debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
7. Nas deliberações da Assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatário, observado, no que couber, o disposto no artigo 126 da Lei 6.404/76.
8. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.
9. Para efeito de constituição do "quorum", a que se refere esta cláusula, serão excluídas, do número de debêntures em circulação, as pertencentes à EMISSORA.

#### CLÁUSULA VIII - TOLERÂNCIA

A tolerância dos debenturistas não significará renúncia, perdão, novação ou alteração do pactuado.

✓  
Cg

Q

Wick  
A

## CLÁUSULA IX - DO FORO

Fica eleito o foro principal da cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO assinam o presente instrumento em 5 (cinco) vias, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Feira de Santana, 04 de julho de 1995.

EMISSIONA:

*Química Geral do Nordeste S.A.*  
QUÍMICA GERAL DO NORDESTE S.A.



FIADORES:

*Eduardo Eugênio Gouveia Vieira*  
EDUARDO EUGÊNIO GOUVEIA VIEIRA

*Cristina Isabel Maria Chagas Gouveia Vieira*  
CRISTINA ISABEL MARIA CHAGAS GOUVEIA VIEIRA

*Luís Eduardo Costa Carvalho*  
LUIS EDUARDO COSTA CARVALHO

*Maria Cecília da Costa Carvalho*  
MARIA CECILIA DA COSTA CARVALHO

AGENTE FIDUCIÁRIO:

*Oliveira Bastos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*  
OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Testemunhas:

1)

*J. Henrique da S. Almeida*  
Nome: J. Henrique da S. Almeida  
CPF: CPF 104.626/355-20

2)

*Caio de Silva Miranda Lima*  
Nome: Caio de Silva Miranda Lima  
CPF: CPF 162.291.425-20